



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ



POLÍCIA
MILITAR
DO AMAPÁ



1º CURSO DE
ATIVIDADE INVESTIGATIVA E SUA INTERLOCUÇÃO
COM O PODER JUDICIÁRIO: RITO PROCESSUAL
PENAL MILITAR E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE
JUSTIÇA MILITAR



Justificativa

Este projeto tem por objetivo nortear 1º Curso de Atividade Investigativa e sua interlocução com o Poder Judiciário, Rito Processual Penal Militar e Atuação do Conselho de Justiça e sua efetivação decorrerá da parceria interinstitucional em Tribunal de Justiça e Polícia e Corpo de Bombeiros Militares e integrará programa de ensino e extensão da Escola Judicial do Amapá visando o aprimoramento técnico e jurídico de militares estaduais da PMAP e CBMAP quanto à sua atuação no âmbito judicial, seja durante a condução da atividade de polícia judiciária, seja na condição de membro do Conselho de Justiça Militar.

Objetivo Geral

Disponibilizar aos militares conhecimento técnico-jurídico visando o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à atuação com eficiência e eficácia nas atividades de polícia judiciária e investigativa disciplinar militar, bem como durante sua atuação como integrante de Conselho de Justiça.

Espera-se que os concludentes possam desempenhar suas atividades com maior grau de confiabilidade junto ao Poder Judiciário, objetivando a fiel observância dos preceitos constitucionais e legais aplicáveis, sem, contudo, olvidar do respeito aos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, e a preservação dos princípios basilares da hierarquia e da disciplina.



Objetivos específicos

Aprimorar e fortalecer a atividade correicional, inquisitorial e judiciária militar, sobretudo no que concerne ao esclarecimento de crimes e condutas disciplinares de grande impacto social ou na segurança pública;

Aprofundar conhecimentos acerca da execução das medidas e meios de obtenção de provas para fins investigativos disciplinares e inquisitoriais, focando nas suas implicações legais, materiais e técnicas investigativas;

Prover embasamento jurídico e legal para fins de representações e pedidos judiciais visando a adoção de medidas assecuratórias ou produção de atos probatórios condicionados à autorização judicial;

Compreender melhor as peculiaridades do rito processual na esfera militar, bem como a dinâmica da atuação dos Oficiais militares como membros de conselhos de justiça militar, abordando a finalidade, requisitos, condições e limites da atuação dos juízes militares, e ainda como utilizar os sistemas e plataformas judiciais (TucujurisWeb e TucujurisDoc) aperfeiçoando assim, o resultado jurídico pretendido pela norma quanto à tutela penal militar.

Conteúdo programático



09 a 13 de novembro

Atividade Investigativa e sua interlocução com o Poder Judiciário.

Formador:

Ricardo de Goes Correia



23 a 27 de novembro

Tópicos relevantes do rito processual penal militar e Atuação do Conselho de Justiça.

Formador:

Mariana Aquino

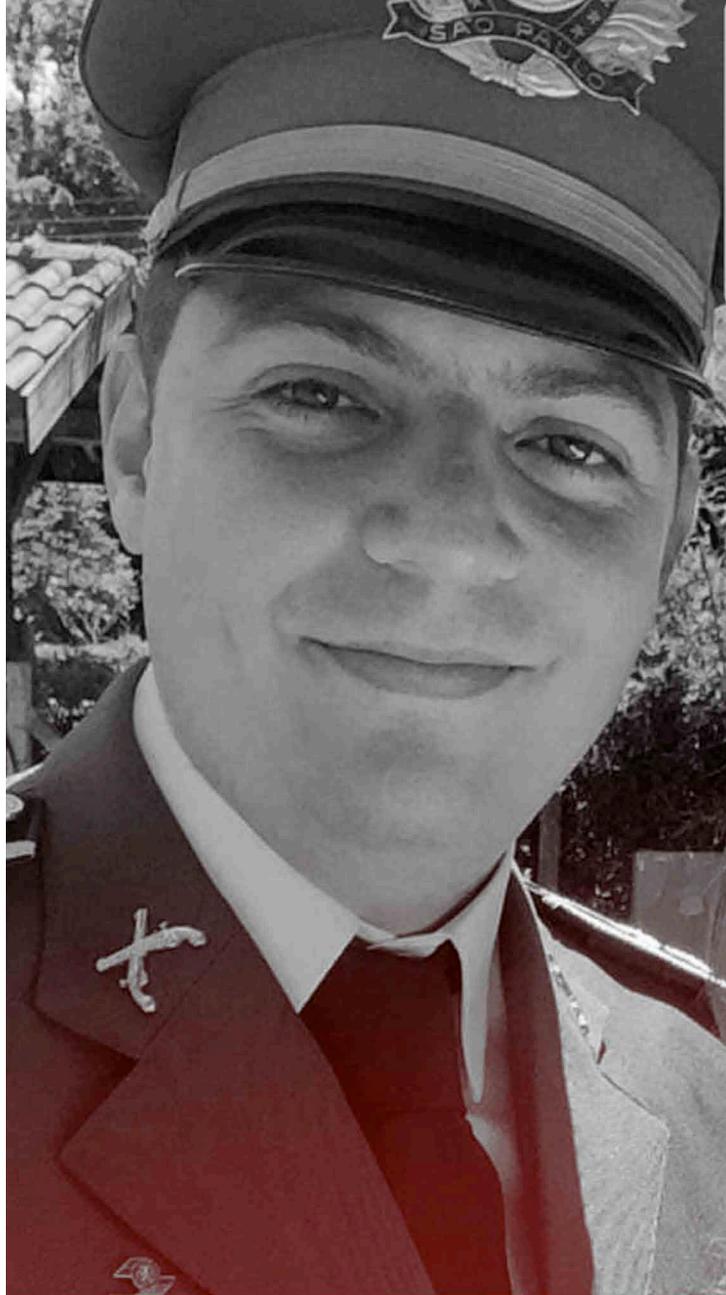


14 a 16 de dezembro

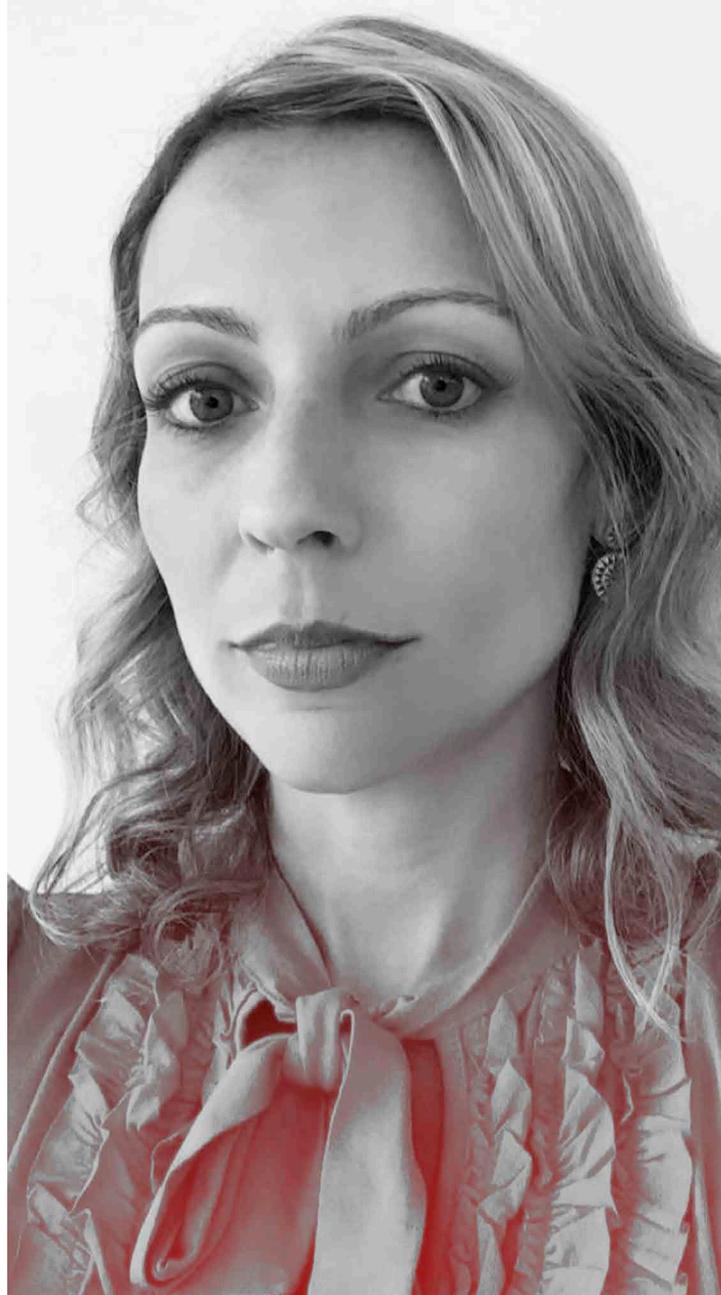
Sistema Tucujuris - visão geral e funcionamento do Tucujurisdoc e consulta ao Tucujurisweb.

Formador:

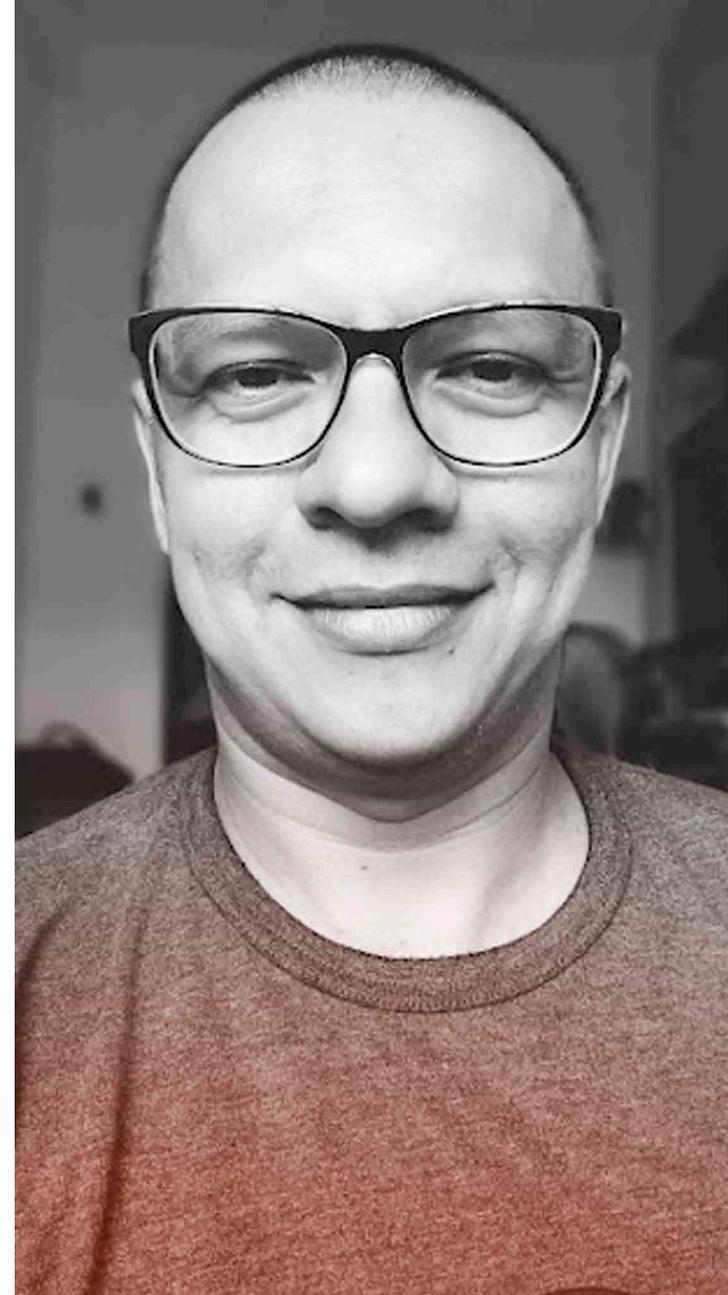
Wilson Aguiar da Silva



1º TEN PMESP
Ricardo de Goes Correia



Juíza Federal da Justiça Militar
Mariana Aquino



*TÉCNICO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ*
Wilson Aguiar



Escola Judicial do Amapá

*Desembargador Carlos Tork
Diretor-Geral da EJAP*

*Paulo Guerra
Secretário executivo da EJAP*

*Angela Martins (EJAP) e Cel. Edilelson Madureira (PMAP)
Coordenadores do curso*

Contato:(96) 3312-3824 I 3312-3828

Email: ejap.jus@gmail.com I ejap@tjap.jus.br

Endereço eletrônico: www.ejap.online

Endereço:Av. Duque de Caxias, 1143 Santa Rita, Macapá I 2º andar, Office Araguay